

Termo de Referência 163/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
163/2024	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	MARIA DE LURDES MOURA ROCHA	22/10/2024 12:53 (v 36.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		00088.000110/2024-34

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios sob demanda, conforme condições, quantidades, e exigências, estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 1 - HORTIFRUTI								
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade Órgão Gerenciador PRESIDÊNCIA	Quantidade Órgão Participante BATALHAO LOGISTICO - MEX /DF	Quantidade TOTAL	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	464374	Abacaxi pérola	Und	400	650	1050	R\$ 7,02	R\$ 7.371,00
2	464375	Abacaxi Ananas	Und	500	200	700	R\$ 6,41	R\$ 4.487,00
3	464380	Banana Nanica	Quilograma	200	600	800	R\$ 6,67	R\$ 5.336,00
4	464381	Banana prata	Quilograma	130	600	730	R\$ 5,50	R\$ 4.015,00
5	464339	Kiwi	Quilograma	25	25	50	R\$ 24,99	R\$ 1.249,50
6	464393	Laranja Pera	Quilograma	6400	1200	7600	R\$ 3,79	R\$ 28.804,00
7	464398	Limão Taiti	Quilograma	100	400	500	R\$ 5,24	R\$ 2.620,00
8	464402	Maça Red	Quilograma	90	0	90	R\$ 11,67	R\$ 1.050,30
9	464400	Maça gala	Quilograma	50	500	550	R\$ 7,54	R\$ 4.147,00
10	464405	Mamão Formosa	Quilograma	800	0	800	R\$ 9,26	R\$ 7.408,00
11	464404	Mamão Papaia	Quilograma	50	200	250	R\$ 8,59	R\$ 2.147,50
12	464407	Manga palmer	Quilograma	600	0	600	R\$ 6,63	R\$ 3.978,00

13	464406	Manga Tommy	Quilograma	600	600	1200	R\$ 6,25	R\$ 7.500,00
14	464418	Melancia vermelha	Quilograma	600	2000	2600	R\$ 3,51	R\$ 9.126,00
15	464422	Melão rei- redinha	Quilograma	800	200	1000	R\$ 9,63	R\$ 9.630,00
16	464328	Morango, bandeja com 300g	Und	300	100	400	R\$ 11,44	R\$ 4.576,00
17	464429	Pêra Danjour	Quilograma	60	0	60	R\$ 14,61	R\$ 876,60
18	464428	Pera Portuguesa	Quilograma	60	0	60	R\$ 13,69	R\$ 821,40
19	464425	Pera Williams	Quilograma	60	0	60	R\$ 11,75	R\$ 705,00
20	464903	Uva Crimson, sem semente	Quilograma	150	60	210	R\$ 14,50	R\$ 3.045,00
21	464365	Uva Thompson, sem semente	Quilograma	150	60	210	R\$ 14,73	R\$ 3.093,30
22	464388	Caqui	Quilograma	60	0	60	R\$ 11,03	R\$ 661,80
23	464430	Pinha/ fruta do conde	Quilograma	60	0	60	R\$ 17,30	R\$ 1.038,00
24	464329	Cereja caixa 100gr	Unidade	160	0	160	R\$ 23,74	R\$ 3.798,40
25	464436	Tangerina Poncan	Quilograma	60	200	260	R\$ 6,53	R\$ 1.697,80
26	464333	Pêssego	Quilograma	80	0	80	R\$ 24,07	R\$ 1.925,60
27	463898	Hortelã, maço	Und	10	0	10	R\$ 3,96	R\$ 39,60
28	463806	Tomate	Quilograma	60	600	660	R\$ 8,49	R\$ 5.603,40
29	463832	Alface crespa	Und	80	700	780	R\$ 3,50	R\$ 2.730,00
30	446618	Ovo de galinha, grupo: branco, classe: a, tipo: grande, bandeja com 30 unidades	Und	100	4000	4100	R\$ 21,11	R\$ 86.551,00
31	446622	Ovo de galinha, grupo: vermelho(caipira), classe: a, tipo: grande, bandeja com 30 unidades	Und	100	200	300	R\$ 20,71	R\$ 6.213,00
TOTAL GRUPO 1								R\$ 222.245,20
GRUPO 2 - FRIOS								
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade Órgão Gerenciador PRESIDÊNCIA	Quantidade Órgão Participante BATALHAO LOGISTICO - MEX /DF	Quantidade TOTAL	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
32	446633	Queijo, muçarela, apresentação: peça	quilograma	200	1200	1400	R\$ 35,05	R\$ 49.070,00
33	447776	Peito de peru defumado	quilograma	120	400	520	R\$ 35,00	R\$ 18.200,00
34	447778	Lombo canadense	quilograma	50		150	R\$ 42,09	R\$ 6.313,50

					100			
35	481100	salaminho (salame)	quilograma	50	50	100	R\$ 82,90	R\$ 8.290,00
36	447767	Presunto parma	quilograma	50	0	50	R\$ 91,25	R\$ 4.562,50
37	447771	Presunto de pernil	quilograma	120	600	720	R\$ 21,65	R\$ 15.588,00
38	464484	Polpa de fruta, tipo acerola, pct 100g	quilograma	360	360	720	R\$ 14,00	R\$ 10.080,00
39	464491	Polpa de fruta, tipo graviola, pct 100g	quilograma	360	0	360	R\$ 15,85	R\$ 5.706,00
40	464488	Polpa de fruta, tipo: cupuaçu, pct 100g	quilograma	360	0	360	R\$ 16,80	R\$ 6.048,00
TOTAL GRUPO 2								R\$ 123.858,00
GRUPO 3 - PANIFICAÇÃO								
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade Órgão Gerenciador PRESIDÊNCIA	Quantidade Órgão Participante BATALHAO LOGISTICO - MEX /DF	Quantidade TOTAL	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
41	460397	Pão mini Brioche, cerca de 25g cada	quilograma	100	0	100	R\$ 21,82	R\$ 2.182,00
42	460396	Pão mini croissant, cerca de 25g cada	quilograma	200	0	200	R\$ 35,42	R\$ 7.084,00
43	609217	Bolo Pronto - sabores diversos tamanho 500gr	Und	180	0	180	R\$ 15,02	R\$ 2.703,60
44	258319	Salgados Diversos tipo: coquetel, 20 gr congelado: quibe, pasteis varios sabores, coxinha e risole	Cento	72	400	472	R\$ 42,39	R\$ 20.008,08
TOTAL GRUPO 3								R\$ 31.977,68
GRUPO 4 - INDUSTRIALIZADOS								
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade Órgão Gerenciador PRESIDÊNCIA	Quantidade Órgão Participante BATALHAO LOGISTICO - MEX /DF	Quantidade TOTAL	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
45	487591	Goiabada cascão	quilograma	25	150	175	R\$ 16,70	R\$ 2.922,50
46	463691	Óleo Vegetal Comestível de Girassol - 900ml	Und	36	0	36	R\$ 15,07	R\$ 542,52
47	462729	Gelatina em pó sabores variados - 35gr	Und	160	10000	10160	R\$ 1,60	R\$ 16.256,00
48	465693	Farinha de Tapioca hidratada	quilograma	50	100	150	R\$ 13,02	R\$ 1.953,00
49	464013	Leite Condensado latta de 395 gr	Und	20	3600	3620	R\$ 6,99	R\$ 25.303,80

50	446533	Creme de Leite lata de 300gr	Und	20	3000	3020	R\$ 9,00	R\$ 27.180,00
51	460377	Mostarda Dijon 200 gr	Und	12	200	212	R\$ 17,04	R\$ 3.612,48
52	459663	Ketchup 380gr	Und	12	400	412	R\$ 10,00	R\$ 4.120,00
53	225848	Queijo Parmesão ralado 100 gr	und	260	300	560	R\$ 9,51	R\$ 5.325,60
TOTAL GRUPO 4								R\$ 87.215,90
POR ITEM - ÁGUA MINERAL COM GÁS								
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade Órgão Gerenciador PRESIDÊNCIA	Quantidade Órgão Participante BATALHAO LOGISTICO - MEX /DF	Quantidade TOTAL	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
54	445479	Água mineral com gás- Garrafa de 500ml	UND	1800	800	2600	R\$ 1,68	R\$ 4.368,00
TOTALPOR ITEM								R\$ 4.368,00
VALOR TOTAL								R\$ 469.664,78

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 1 (um) ano, contados da assinatura da mesma, prorrogável por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº14.133, de 2021.
- 1.5. A contratação será firmada por meio de aceite da Nota de Empenho, tendo em vista tratar-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, na forma do Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.
- 1.7. Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.8. O critério de julgamento será pelo Menor Preço Unitário por Grupo e por item (item 54).

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000001/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 01/04/2024
- III) Id do item no PCA: 578, 579, 580, 581, 582, 583 e 584

IV) Classe/Grupo: 8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS;

8960 - BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS;

8915 - FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES;

8910 - OVOS E LATICÍNIOS;

8905 - CARNES, AVES E PEIXES;

8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES;

8950 - CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS.

V) Identificador da Futura Contratação: 110001-55/2024

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico 4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, deverão respeitar fielmente as especificações dispostas no Termo de Referência, além de apresentarem as características necessárias para sua aceitação, quais sejam:

3.2.1. Os produtos industrializados deverão estar devidamente embalados, apresentando a data de fabricação, de validade, além do nº do lote de fabricação;

3.2.2. Os produtos não poderão apresentar furo ou violação da embalagem;

3.3. DA VALIDADE DO PRODUTO

3.3.1 Para produtos industrializados será exigida validade mínima de 06 (seis) meses a partir da emissão da Nota Fiscal;

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratação deverá obedecer ao disposto na Resoluções RDC Anvisa 717/2022 , na Instrução Normativa SLTI /MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010 e Instrução Normativa Número 60 de 2019 da Anvisa; artigo 8º da Lei n. 9782/99 risco a saúde pública - embalagens e Registro na ANVISA nos termos da RDC 27/2010 - ALIMENTOS E EMBALAGENS ISENTOS DA OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO SANITÁRIO.

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção (extração, qualidade da água, embalagem), distribuição, uso e destinação final.

a) O processo de extração/produção da água mineral natural deve estar em conformidade à Resolução CNRH/MMA nº 76, de 16 de outubro de 2007. A referida Resolução estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários;

b) A qualidade da água visa assegurar a segurança e saúde das pessoas no consumo em conformidade à Instrução Normativa ANVISA 60, de 23 de dezembro de 2019, que estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos;

c) As embalagens primária e secundária do produto devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância à norma ABNT NBR 13230/2008 - Embalagens e acondicionamento plásticos recicláveis - Identificação e simbologia.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.2.1. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

2. Frios- grupo 2;

Nº ITEM	DESCRIÇÃO
32	Queijo, muçarela, apresentação: peça
33	Peito de peru defumado
34	Lombo canadense
35	salaminho (salame)
36	Presunto parma
37	Presunto de pernil
38	Polpa de fruta, tipo acerola, pct 100g
39	Polpa de fruta, tipo graviola, pct 100g
40	Polpa de fruta, tipo cupuaçu, pct 100g

3. Panificação- grupo 3;

Nº ITEM	DESCRIÇÃO
41	Pão mini Brioche, cerca de 25g cada
42	Pão mini Brioche, cerca de 25g cada
43	Bolo Pronto - sabores diversos tamanho 500gr
44	Salgados Diversos tipo: coquetel, 20 gr congelado: quibe, pasteis vários sabores, coxinha e risole

4. Industrializado - grupo 4;

Nº ITEM	DESCRIÇÃO
45	Goiabada cascão
48	Farinha de Tapioca hidratada
49	Leite Condensado lata de 395 gr
50	Creme de Leite lata de 300gr
51	Mostarda Dijon 200 gr
52	Ketchup 380gr
53	Queijo Parmesão ralado 100 gr

4.2.2. As amostras deverão ser entregues no endereço Palácio do Planalto, na Coordenação de Subsistência no(Depósito de Gêneros Alimentícios), em frente ao Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF , no prazo limite de 03 (três) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.2.3. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.2.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.2.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

1. Qualidade do produto;
2. conservação das embalagens;
3. prazo de validade.

4.2.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.2.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.2.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.2.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 2 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não será exercido a garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 24 horas, contados da confirmação de recebimento da Solicitação de Fornecimento, encaminhada via correio eletrônico, em dias úteis.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 06 (seis) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

5.4. Os produtos serão entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência, no local indicado no documento de "Solicitação de Fornecimento", no seguinte endereço:

a) UASG 110001 - Presidência da República - Palácio do Planalto (Depósito de Gêneros Alimentícios): Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, no horário de 08:00 às 11:30 e de 14:00 às 17:30, nos telefones (61) 3411- 3215 e (61) 3411-5860.

b) UASG 160055 - BATALHAO LOGISTICO- MEX/DF: Os materiais deverão ser entregues na cidade de Brasília-DF em local, data e horário estabelecido pelo 16º Batalhão Logístico, localizada no endereço: Av. Duque de Caxias, Setor Militar Urbano, SN, Brasília-DF, CEP 70.630-000.

5.5. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução dos contratos celebrados com base da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) dos contratos decorrentes do registro de preços, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico decorrentes do registro de preços acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas dos contratos decorrentes do registro de preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico dos contratos decorrentes do registro de preços anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução dos contratos decorrentes do registro de preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico dos contratos decorrentes do registro de preços emitirá notificações para a correção da execução dos contratos decorrentes do registro de preços, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico dos contratos decorrentes do registro de preços informará ao gestor dos contratos decorrentes do registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprezadas, o fiscal técnico dos contratos decorrentes do registro de preços comunicará o fato imediatamente ao gestor dos contratos decorrentes do registro de preços. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico dos contratos decorrentes do registro de preços comunicar ao gestor dos contratos decorrentes do registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo dos contratos decorrentes do registro de preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo dos contratos decorrentes do registro de preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor dos contratos decorrentes do registro de preços para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor dos contratos decorrentes do registro de preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização dos contratos decorrentes do registro de preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor dos contratos decorrentes do registro de preços acompanhará os registros realizados pelos fiscais dos contratos decorrentes do registro de preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor dos contratos decorrentes do registro de preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor dos contratos decorrentes do registro de preços emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor dos contratos decorrentes do registro de preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor dos contratos decorrentes do registro de preços deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor dos contratos decorrentes do registro de preços deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da contratação.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo 06 (seis) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados da contratação e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução da contratação;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na , conforme as regras Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020 deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR GRUPO E POR ITEM (Item 54).

Forma de fornecimento

8.2 A adoção do critério de julgamento de menor preço por grupo justifica-se pois a fragmentação em itens poderá acarretar perda do conjunto ou da economia de escala. Os itens licitados já possuem demasiada fragmentação na entrega sob demanda, por serem compostos, basicamente, por alimentos perecíveis e que requerem alto padrão de qualidade.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.23.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica

8.24. Não há exigência de Qualificação Econômica- Financeira e Qualificação Técnica, foram dispensadas considerando o que é previsto no inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, por ser entrega imediata sob demanda.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Não há exigência de Qualificação Econômica- Financeira.

Qualificação Técnica

8.25. Não Há exigência de Qualificação Técnica.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 469.664,78

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação

9.1.1. Órgão gerenciador (UASG 110001 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA): R\$ 147.759,23 (cento e quarenta e sete mil e setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos).

9.1.2. Órgão Participante 1 (UASG 160055 - BATALHAO LOGISTICO- MEX/DF): R\$ 321.905,55 (trezentos e vinte e um mil e novecentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Valor total de : R\$ 469.664,78 (quatrocentos e sessenta e nove mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos)

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na Unidade Gestora 110001 - SA/PR.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Infrações e Sanções Administrativas

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa de:

11.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 11.2.4.1.1. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da Contratação.
- 11.2.4.1.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da Contratação.
- 11.2.4.1.3. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da Contratação.
- 11.2.4.1.4. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da Contratação.
- 11.2.4.1.5. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da Contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas nesta Contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas nesta contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Obrigações do Contratante

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a contratação;
- 12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 12.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Contratação e no Termo de Referência;
- 12.6. Aplicar ao Contratado sanções previstas da contratação;
- 12.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 12.9. A Administração terá o prazo de 01(um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 12.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. Obrigações do Contratado

- 13.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas: 1
 - 3.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, dentro do prazo, nos locais solicitados, em dias úteis e não úteis, conforme exigências constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
 - 13.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 13.1.3 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 13.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 13.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da contratação, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da Ata de Registro de Preços;

13.1.9 Comunicar ao Fiscal da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

13.1.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.1.11 manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.12 conhecer e responsabilizar-se por todas as providências e deveres estabelecidos na legislação, normas, políticas e procedimentos de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e adotados pela Contratada para execução da contratação.

13.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços;

13.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

14. Reajuste

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/07/2024.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DE LURDES MOURA ROCHA

Coordenadora de Subsistência



Assinou eletronicamente em 22/10/2024 às 12:53:34.

PAULA VITORIA TEIXEIRA CASTRO

GR V

Estudo Técnico Preliminar 118/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00088.000110/2024-34

2. Descrição da necessidade

- 2.1 A Coordenação de Subsistência é responsável por atender as demandas de gêneros alimentícios do Gabinete Pessoal do Presidente da República.
- 2.2 Considerando a proximidade de término de vigência das Atas de Registro de Preços nº 20, 21, 22 E 23/2023, por esta razão faz-se necessário realizar nova contratação para substituição das atas atualmente vigente, com vencimentos em 14 e 23/11/2024 respectivamente.
- 2.3 Os quantitativos são baseados em documento enviado pelo setor requisitante, sob responsabilidade do DGI/PR.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GABINETE PRESIDENCIAL /DGI	Coordenação de Subsistência

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação
- 4.1. Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, deverão respeitar fielmente as especificações dispostas no Termo de Referência, além de apresentarem as características necessárias para sua aceitação, quais sejam:
- 4.1.1. Os produtos industrializados deverão estar devidamente embalados, apresentando a data de fabricação, de validade, além do nº do lote de fabricação;
- 4.1.2. Os produtos não poderão apresentar furo ou violação da embalagem;
- 4.2. DA VALIDADE DO PRODUTO
- 4.2.1 Para produtos industrializados será exigida validade mínima de 06 (seis) meses a partir da emissão da Nota Fiscal;
- 4.3 DA ESCOLHA DA MARCA DE REFERÊNCIA
- 4.3.1 Não se aplica.
- 4.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE AMOSTRAS:
- 4.4.1 Será solicitado amostra.
- 4.4.1.1 A amostra deverá ser entregue, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro, por meio de mensagem no sistema, no seguinte endereço: Palácio do Planalto, na Coordenação de Subsistência no(Depósito de Gêneros Alimentícios), em frente ao Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF.
- 4.4.1.1.1 A amostra deverá estar identificada da seguinte maneira:

- a) Número do Pregão;
- b) Número do item;
- c) Nome da empresa licitante.

4.4.1.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

4.5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.5.1. O prazo de entrega é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da "Solicitação de Fornecimento", emitida via E-mail.

4.5.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 06 (seis) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5.3 O recebimento definitivo dos produtos será feito pelo fiscal da Ata, imediatamente após sua entrega, atestando-se sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5.4 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contratação.

4.5.5 Os produtos serão entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência, nos locais indicados no documento de "Solicitação de Fornecimento", no seguinte endereço:

a) Palácio do Planalto (Depósito de Gêneros Alimentícios): Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150- 900, em Brasília-DF.

4.5.6 O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.5.7. Considerando o disposto no inc. XI do Decreto 11462/2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Coordenação de Subsistência não dispõe de capacidade para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11462/2023.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A aquisição de gêneros alimentícios são amplamente realizada por órgãos e entidades, com a finalidade de atender as necessidades da administração.

5.2 Nas contratações similares consultadas, realizadas por outros órgãos e entidades, não foram identificadas a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, do que esta pretendida.

5.3 As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando que a Coordenação de Subsistência é responsável por atender as demandas do Gabinete Presidencial, faz-se necessário realizar nova contratação de gêneros alimentícios em substituição das Atas de Registro de Preços nº 20, 21,22 e 23 /2023, que estarão vencendo em 12/11/2024.

6.2. A modalidade de licitação pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) é a ideal, tendo em vista que permite adequar as condições do planejamento à renovação do estoque, mediante o consumo, sem que comprometa a totalidade dos recursos financeiros e a estocagem, além da possibilidade da contratada fazer as entregas parceladas, conforme as necessidade da contratante.

6.3. O tipo de solução foi embasado na ata vigente, a qual se adequa melhor às pretensões da Presidência da República que é licitação na modalidade pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da Ata de Registro de Preços (ARP), que garante o fornecimento do material sem a obrigatoriedade de compra.

6.4. A nova contratação proposta visa dar continuidade à prestação de serviços de gêneros Alimentícios ao Gabinete Pessoal do Presidente da República.

6.5. A metodologia adotada, para se obter o preço de referência, foi a média e mediana de preços, uma vez que, proporcionou uma visão mais próxima dos preços, atualmente praticados junto ao mercado.

6.6. A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente ETP.

6.7. Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP.

6.8. Os levantamentos de Mercado no item do presente ETP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A quantidade foi definida com base no documento enviado pela área requisitante, além disso, para os itens "gêneros alimentícios, foram utilizados os relatórios de consumo emitidos do SIADS:

GRUPO 1 - HORTIFRUTI

Nº DO ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	464374	Abacaxi pérola	Und	400
2	464375	Abacaxi Ananas	Und	500
3	464380	Banana Nanica	Quilograma	200
4	464381	Banana prata	Quilograma	130
5	464339	Kiwi	Quilograma	25
6	464393	Laranja Pera	Quilograma	6400
7	464398	Limão Taiti	Quilograma	100
8	464402	Maçã Red	Quilograma	90
9	464400	Maça gala	Quilograma	50
10	464405	Mamão Formosa	Quilograma	800
11	464404	Mamão Papaia	Quilograma	50
12	464407	Manga palmer	Quilograma	600
13	464406	Manga Tommy	Quilograma	600
14	464418	Melancia vermelha	Quilograma	600
15	464422	Melão rei- redinha	Quilograma	800
16	464328	Morango, bandeja com 300g	Und	300
17	464429	Pêra Danjour	Quilograma	60
18	464428	Pera Portuguesa	Quilograma	60
19	464425	Pera Williams	Quilograma	60
20	464903	Uva Crimson, sem semente	Quilograma	150
21	464365	Uva Thompson, sem semente	Quilograma	150
22	464388	Caqui	Quilograma	60

23	464430	Pinha/ fruta do conde	Quilograma	60
24	464329	Cereja caixa 100gr	Unidade	160
25	464436	Tangerina Poncan	Quilograma	60
26	464333	Pêssego	Quilograma	80
27	463898	Hortelã, maço	Und	10
28	463806	Tomate	Quilograma	60
29	463832	Alface crespa	Und	80
30	446618	Ovo de galinha, grupo: branco, classe: a, tipo: grande, bandeja com 30 unidades	Und	100
31	446622	Ovo de galinha, grupo:vermelho (caipira), classe: a, tipo: grande, bandeja com 30 unidades	Und	100

GRUPO 2 - FRIOS

Nº DO ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL
32	446633	Queijo, muçarela, apresentação: peça	quilograma	200
33	447776	Peito de peru defumado	quilograma	120
34	447778	Lombo canadense	quilograma	50
35	481100	salaminho (salame)	quilograma	50
36	447767	Presunto parma	quilograma	50
37	447771	Presunto de pernil	quilograma	120
38	464484	Polpa de fruta, tipo acerola, pct 100g	quilograma	360
39	464491	Polpa de fruta, tipo graviola, pct 100g	quilograma	360
40	464488	Polpa de fruta, tipo: cupuaçu, pct 100g	quilograma	360

GRUPO 3 - PANIFICAÇÃO

Nº DO ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL
41	460397	Pão mini Brioche, cerca de 25g cada	quilograma	100
42	460396	Pão mini croissant, cerca de 25g cada	quilograma	200
43	609217	Bolo Pronto - sabores diversos tamanho 500gr	Und	180
44	258319	Salgados Diversos tipo: coquetel, 20 gr congelado: quibe, pasteis varios sabores, coxinha e risole	Cento	72

GRUPO 4 - INDUSTRIALIZADOS

Nº DO ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL
------------	--------	-----------	-------------------------	------------------

45	487591	Goiabada cascão	quilograma	25
46	463691	Óleo Vegetal Comestível de Girassol	900ml	36
47	462729	Gelatina em pó sabores variados	35gr	160
48	465693	Farinha de Tapioca hidratada	quilograma	50
49	464013	Leite Condensado lata	395 gr	20
50	446533	Creme de Leite lata	300gr	20
51	460377	Mostarda Dijon	200gr	12
52	459663	Ketchup	380gr	12
53	225848	Queijo Parmesão ralado	100 gr	260

POR ITEM - ÁGUA MINERAL COM GÁS

Nº DO ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
54	445479	Água mineral com gás- Garrafa	500ml	1.800

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 147.759,23

8.1. Estimativa do valor da contratação - R\$ 147.759,23 (cento e quarenta e sete mil e setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos).

8.2 Para o levantamento de mercado foram realizadas pesquisas no Painel de Preços, disponível no Compras Net e a Ata vigente.

8.3 Como método para obtenção do preço estimado em atendimento ao Inciso I da IN 65/ 2021, foi adotada a metodologia da média e mediana, a que melhor atende o interesse da Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Esclarecemos que a contratação será feita por item e grupos, sendo que o fracionamento por item é a regra geral das contratações públicas, sempre que assim for tecnicamente viável, a fim de se aumentar a competitividade pela ampla participação de licitantes, e em grupo no caso que a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades, ser mais atrativo por gerarem maior valor de contratação, possibilitando maior economia de escala com a redução de preços por parte das licitantes.

9.2. A justificativa para o agrupamento dos itens se dá por várias motivações, quais sejam:

a) compatibilidade técnica dos itens agrupados, uma vez que se baseou na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação;

b) ampliação do número de interessados na licitação, já que em grupo gera-se um maior vulto econômico, atraindo mais interessados, aumentando significativamente a competitividade;

c) aquisição mais vantajosa pelo menor preço, quanto maior o número de interessados, menor os valores de contratação, gerando economicidade para Administração Pública; e

d) redução de problemas advindos na fase de contratação (entregas frustradas, instauração de processos sancionadores) não são raros os casos de a Administração solicitar a entrega de materiais em pequenos volumes e valores que tornam o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo a recusa em

entregar, o que pode ser verificado mediante diversos pedidos de liberação de fornecimento e mesmo por meio da instauração de processos sancionadores, que acabam por aumentar, sobremaneira, o custo administrativo vinculado à aquisição dos bens. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção das medidas sancionatórias.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há nenhuma contratação correlata e/ou interdependentes com as necessidades da Presidência da República.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 As aquisições foram contempladas no PAC - Plano Anual de Contratações de 2024, conforme itens informados anexo.

11.2 A contratação está alinhada ao planejamento do órgão, conforme DFD nº 88/2024 do PCA (Plano de Contratações Anual).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A Coordenação de Subsistência pretende alcançar os seguintes resultados:

- a) Cumprir as competências desta Coordenação;
- b) Garantir o atendimento das necessidades do Gabinete Pessoal.
- c) Zelar pelo bem público com o mínimo de investimento possível, baseando-se na previsão de demanda enviada pelo Gabinete Pessoal.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há providências a serem adotadas, uma vez que os agentes públicos detém capacitação de cursos e experiências na atividade, como também a estrutura está adequada ao volume e acondicionamento de ambiente para a manutenção dos estoques.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não há evidências de impactos ambientais na aquisição pretendida.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Diante do estudo realizado e apresentado, conclui-se pela viabilidade da contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DE LURDES MOURA ROCHA

Coordenadora de Subsistência



Assinou eletronicamente em 29/08/2024 às 16:31:39.

PAULA VITORIA TEIXEIRA CASTRO

GR V